

# MONARQUIA

ÓRGÃO DA CHEFIA GERAL PATRIANOVISTA

ANO IV

Sem Rei não há UNIÃO NACIONAL

N.º 19

São Paulo, Março-Abril de 1958 — Caixa Postal, 1304

Director — A. VEIGA DOS SANTOS

Redactor-Chefe — Arlindo BAPTISTA PEREIRA

## Afirmiação da Idéia Pragmatística

1. Nada tem que ver a nossa Idéia Pragmatística com aquela superficial teoria filosófica ou, antes, anti-filosófica, de que carecem de valor as conexões intelectuais se não favorecem a vida e o progresso.

Não se trata disso. Não nos movem a nós Patrianovistas falsos preconceitos burgueses e socialistas que tudo reduzem a interesses materiais e utilitários, tornando o homem simples máquina de produção, esmiço por contínuos planejamentos desumanos. Não é o feijão quem enche a vida do homem, mas o ideal. As vèzes até se passa fome por um sonho. Nós sonhamos o BRASIL IMPÉRIO, A MAIOR POTENCIA MUNDIAL, com um povo feliz e capaz de, apostólicamente, espalhar a Fé e a felicidade pelo mundo inteiro. Sabemos que esse ideal pode ser atingido. Podê-lo-emos atingir com a base territorial conquistada pela fé, o sangue e os braços dos nossos Antepassados, e a nós legada em herança opulentiíssima. Podê-lo-emos com a inteligência e o coração forte da nossa Gente e com a eficiência trabalhadora dos brasileiros são, instruídos e nutridos, tantas vèzes demonstrada ao longo da História.

2. Mas o nosso Ideal há-de ser realizado sobre este chão brasileiro que pisamos e não na lua dos utópicos ignorantes da realidade. Por isso, importa-nos ser realistas. E soma-lo. Ser realista não consiste em querer somente as coisas fáceis, que foram difíceis quando os outros as faziam... para nós as julgamos fáceis hoje. Não pensamos em realizar a "democracia republicana" que já está aí e entretanto cada dia se afasta mais com as sucessivas repúblicas que vão derribando as falhadas anteriores...

3. O nosso Ideal há-de ser realizado sobre este chão brasileiro. Eis aí, pois, a razão de afirmarmos a Idéia Pragmatística.

Mostre Tomás de Aquino expõe-nos o seguinte no seu "De Regimine Principum": — "Importa que o lugar escolhido para a construção da cidade não seja somente tal que, pela salubridade, conserve os habitantes, mas também, pela abundância, lhes seja bastante para a manutenção. Porque não é possível habitar uma multidão de homens, onde não se sejam abundantes os mantimentos" (Do governo dos príncipes, trad. de Veiga dos Santos, Editora Anchieta, S. Paulo, 1946, 2.ª edição) (xi). E prossegue no mesmo capítulo (III, livro II): — "Dois, contudo, são os meios de poder uma cidade prover-se de opulentas victualhas. Um, como li diz, pela fertilidade da região, produtora abundantemente de tudo quanto requer a necessidade da vida humana. Outro pelo uso do comércio que para aí conduz, de partes diversas, o necessário à vida. Quanto as primeiras já se aprende com clareza ser o mais conveniente; que tanto mais excelente é algo, quanto mais se basta por si; pois aquêle que doutra necessita se declara deficiente. Ora, mais plenamente possui suficiência a cidade à qual a região circunjacente é bastante para o necessário à vida, do que aquela que precisa de recebê-lo de outras pela mercancia. E, por conseguinte, mais excelente a cidade, se tem abundância de mercadorias do território próprio, do que se as possui copiosas por meio dos comerciantes, visto como também isto se afigura mais garantido, porquanto, mercê dos casos de guerra e vários transtornos, pode facilmente impedir-se a importação das provisões e, destarte, fica a cidade acobruçada pela miséria do mantimentos".

4. Dando, porém, precedência esta preocupação pelos bens materiais no país? De serem estes a condição da boa vida moral do povo. Já o escreveu o provérbio: "Casa onde não há pão, todos brigam e ninguém tem razão". Se não, leiamos o Aquinatense: — "Duas coisas se requerem para a boa vida moral de um homem: uma principal, que é o agir segundo a virtude, pois a virtude é aquilo por que se vive bem; outra, secundária e quase instrumental, isto é — a suficiência dos bens corporais, cujo uso é necessário ao exercício da virtude... Assim, pois, estas condições se exigem para instaurar a boa vida moral na multidão. Para isso, estar a multidão fundada na unidade da paz. Segunda, ser essa multidão, unida pelo vínculo da paz, dirigida a proceder bem. Pois, assim como não pode o homem agir bem a não ter pressuposta a unidade das suas partes, também assim a multidão de homens, carente da paz, é incapaz de bem proceder, enquanto anda em briga consigo mesma. Terceira, requer-se que, por indústria do regente, haja copia bastante das coisas necessárias para o bem-viver".

5. Nem deslomba o nosso autor, após reclamados os sustentos de tempo, as amenidades para recreio dos ânimos cansados, o que vem a propósito nos "parques" preconizados nesta "Orgânica Patrianovista" (Vide Org. gov. dos príncipes, livro II, c. III).

São idéias pragmatísticas, que nada destoam do ideal esposado por nós. Na parte do "De regimine principum" não da lavra tomística, mas continuada por Telemo de Luca sobre notas do mestre (liber II, cap. V, VI, VII), trata-se especificadamente de coisas "pertinentes ao rei em relação aos súditos, por onde passo mais assegado o reino", isto é: a abundância, em cada parte d'êle, das riquezas naturais, tais como as vinhas, os bosques, as florestas, os viveiros de diversas espécies de animais e aves, bem como armentos e rebanhos de vários gado doméstico, cópia de caça e peixes. Isso porque é mais delizante gozar do próprio que do alheio, menos seguro esperar do comércio estrangeiro e mais perigosas as fraudes. Pelo que "são necessárias ao rei as riquezas naturais e as terras próprias nas suas terras para seu governo e manutenção do reino". Ademais, cumpre que, por várias razões, possua o rei riquezas artificiais, como o ouro, prata e outros metais, e das suas cunhas moedas, necessárias a ele para manutenção do governo. Deve-o a si mesmo por lhe serem elas um instrumento; deve-o aos súditos, "para poder prover a sua casa nas necessidades e acorrer às necessidades (sem empréstimos estrangeiros, diríamos nós!); deve-o às necessidades externas; para vencer os inimigos e acrescentar o reino".

6. Focos estadistas terão compreendido tão bem o problema como um Rei da nossa Tradição: Dom Dinis, o Lavrador.

"Pacificado o País, diz António C. Matoso, arrumadas as guerras com Castela, cujas pretensões já não podiam ser tomadas, terminadas as lutas da Reconquista, que durante tantos anos haviam ensopeado em sangue o chão da Pátria, entendeu Dom Dinis que tinha chegado a altura de desentranhar da terra as riquezas que ela continha, substituir os desertos por pomares e jardins, transformar em granjas as pastos agrestes, povoar os descampados estêreis, meter a charrua ao chão fecundo, que, tendo até então sustentado heróis e santos, devia agora medrar em loiras searas, que alimentassem abundantemente a população tranqüila. Neste sentido se desenvolveu a sua acção benéfica e fecunda, sem deixar, no entanto, de dedicar à poesia as horas que lhe sobravam de tão dura lida, como nota o Dr. António Ferreira: "Regeu, edificou, lavrou, venceu, honrou as musas, poetou e leu" (Poemas lusitanos). — História de Portugal, Livro, 3.º da Costa, Lisboa.

7. De tôdas essas considerações e do que se há passado de calamitoso, desagradável e humilhante para a nossa Pátria, em todo o decurso da nossa História de 1822 para cá, mercê da nossa maior ou menor deficiência económica, releva afirmarmos a nossa Idéia Pragmatística, instrumento imprescindível da redenção nacional.

Ainda durante a guerra passada, sofremos humilhações e prejuízos gravísimos (que bem poderiam ter sido maiores) pela falta de elementos materiais de defesa marítima, pela falta de trigo, de carne, de açúcar, de petróleo, etc., etc. (Cumpre acrescentarmos terem sido essas deficiências oportunizadas para "mercados negros" e pastos para exercício criminoso dos canalhas e dos ladrões aproveitadores, inclusive e especialmente ligados à esta governante ou fiscalizadora...). Já se vislumbram repetições de calamidades quicá maiores... muitíssimo maiores... Reconhecemos outrossim o triste papel de pedinte internacional de empréstimos.

Ouvem-se ao longe as marteladas do Neó construindo a Arca contra e próximo dilúvio. ECOAM AOS NOSSOS OUVIDOS TRANSFORMADAS EM PROPAGANDA DE MILHARES DE CANDIDATOS A PAIS-DA-PÁ.

### CALENDÁRIO PATRIANOVISTA

- 22 de Abril — Dia dos Descobrimentos Lusíadas — (Descobrimto do Brasil).  
3 de Maio — Dia da Santa Cruz e da Fundação de PÁTRIA-NOVA.  
13 de Maio — Dia das Dinastias Lusíadas (Dom João VII) e da Unificação Nacional (Abolição da Escravidão).

Sede da A. I. P. B.

A sede provisória da A.I.P.B., é na rua Capitão-Mor Jerônimo Leitão, 108, sobrelaja, onde atendemos a todos os patriotas que anseiam pela redenção definitiva do nosso Brasil.

# MONARQUIA OU REPÚBLICA (II)

## I — Mal dos homens ou do regimen?

É preciso ter cuidado nesta época — talvez a mais grave e sem dúvida a mais inquietante da nossa história — para compreender que certos episódios e aspectos da vida brasileira não podem ser examinados com peletres brando. Porque a inépcia de alguns, a frequência de muitos, a embrição e desonestidade de outros tantos, estão levando o Brasil a uma encruzilhada perigosa. Só os cegos não vêem os riscos que se encontram à nossa frente, mas já bem próximos. Só os surdos não ouvem o rumor da tempestade que se avizinha.

### GAL. ANÁPIO GOMES

Nós, os patrianovistas, vimos sentindo isto desde sempre e, em nossos artigos em jornais, nos nossos jornais, porque os republicanos não nos aceitam... revistas e folhetos, temos procurado alertar os homens honestos deste país, para a causa de tudo isto e, especialmente, para a única solução possível: a MONARQUIA. Porque, não adianta, como o fez o Gal. Anápio Gomes em seu livro *Radiografia do Brasil* e outros mais o fizeram por tantos meios, apontar os erros, os defeitos e as mazelas do regimen, se não se aponta o que mais importa: a CAUSA e a SOLUÇÃO.

Não adianta mudar o que aí está, por outra coisa igual ou semelhante — como foi feito até agora, desde 89 —. O que se fez, em resumo, tem sido apenas mudar os homens — que são o acidente — sem mudar a essência, isto é, a causa que é o regimen. O regimen, sim, deve ser mudado, porque é a causa eficiente de toda essa balbúrdia, de toda essa bambuchata, de toda essa miséria moral que aí está.

O regimen, a República, está levando o Brasil à destruição!

Éis por que voltamos hoje novamente à carga, comparando os dois regimens segundo os quais o Brasil tem vivido desde 1822. Mostrando o resultado das administrações financeiras tanto do IMPÉRIO como da República, temos certeza, estaremos mostrando qual dos dois regimens é o melhor para o Brasil; qual dos dois regimens o engrandeceu e qual o levou à "nua da amargura". Isto porque o estado das finanças de uma nação é, em qualquer tempo, o espelho fiel da administração da coisa pública.

Examinaremos hoje o câmbio, que é o metro pelo qual se mede o valor das moedas de todas as nações do mundo, em relação à moeda brasileira. Assim, quando se diz que o câmbio do Brasil estava a 27 e 3/4, em 15 de novembro de 1889, quer dizer que o 1.000 réis (equivalente ao cruzeiro actual) valia 27 e 3/4 de pence, da libra esterlina. Trocando em miúdos: uma libra esterlina custava, em moeda brasileira, 85888

**A ORIGINALIDADE POLITICA BRASILEIRA NA AMÉRICA É A MONARQUIA, O IMPÉRIO. TUDO MAIS É ARREMÉDO, FALSIFICAÇÃO, IGNORÂNCIA HISTÓRICA DE INEPTOS, PARA NOS DESNACIONALIZAR, ENFRAQUECER, INFELICITAR, ANULAR E DESTRUIR.**

### FÁBULA...

Em vão insiste a república em querer forçar a Águia Imperial Brasileira a se conformar a viver no sórdido galinheiro democrático.

TRIA, referidas de promessas do arco-da-velha e porjante de inconsciência e ignorância da hora presente.

É urgia acabar com as possibilidades de renovação dos recortes infantis. É urgia pôr paradeiro àquela mendicância inútil e deprimente.

8. Por isso e por tudo mais que fácil se torna adivinhar, afirmamos a nossa Idéia Pragmática que significa o propósito de apulentar o Brasil com todos os meios de independência económica e instrumentos do poder dentro e fora do Império, ao mesmo tempo que se alcançará o fim imediato de fornecer aos filhos do Império Brasileiro aquela suficiência do bens corpóreos garantidores da virtude pessoal e familiar, tanto como as virtudes sociais do nosso Povo hoje abandonado às dificuldades mais dolorosas na conquista do pão, da virtude e da paz.

Queremos um Brasil rico, economicamente possante, como meio para termos um Brasil feliz, poderoso e capaz de fazer o bem aos seus filhos e a toda a humanidade, realizando as aspirações (universalistas) dos nossos Maiores.

Da "ORGÂNICA PATRIANOVISTA" (Livro básico da Nova Doutrina Imperial Brasileira), 1951, S. Paulo.

(xi) Esgotado. Está actualmente incluído na "Filosofia Política de São Tomaz de Aquino" de A. Veiga dos Santos. José Bushatsky, Editor. Rua Riachuelo, 201. S. Paulo.

rês (oitto mil e oitocentos e oitenta e oito réis), isto é, Cr\$ 8,88, em cruzeiros e oitenta e oito centavos e um dólar custava 15830 réis (doze mil e oitocentos e trinta réis), ou Cr\$ 1,83 — um cruzeiro e oitenta e oito centavos.

Comparem-se estes valores, com os valores actuais. Será necessário fazermos algum comentário?

Passemos, então, à história:

## CONFRONTO QUE ARRASA

### 1.º — Finanças Imperiais

Como do estudo anterior (Monarquia n.º 14 — Maio/Junho de 1957), dividiremos as duas fases — Imperial e republicana — que são absolutamente iguais (67 anos — 1822/1889 e 1889/1956), em períodos de 10 anos, não só para maior comodidade de apreciação, como para que os caríssimos leitores possam melhor comparar os dois estudos.

Começemos, portanto, pelo primeiro, que vai de 1822 a 1831 e corresponde exactamente àquela período político conturbado por mil questões liberalescas e que se estende da separação de Portugal à abdicação de Pedro I. Período de transição e de adaptação, durante o qual se procurava dar forma a um novo Estado. O câmbio, cuja paridade, vindo do Brasil Reino, era de 67 e 1/2 pences por mil réis, se manteve na média de 38 11/16. Começa, na alvorada do IMPÉRIO, com 49, terminando em 1831, a 25. Era o preço que o país pagava, pela violentação do seu estado natural: transformava-se de PROVÍNCIA do IMPÉRIO português, em nação soberana.

De 1832 a 1841, tivemos "9 anos de república no Império brasileiro", como bem nos ensinou o nosso eminente Chefe-Geral, Dr. Arlindo Veiga dos Santos. F. T. de Sousa Reis, em síntese magistral, à página 61 de seu livro *A dívida do Brasil — 1917*, nos dá uma idéa do que foi este período: "O regimen deficitário desse período da vida nacional, encontra justificação nas dissensões partidárias, nas lutas intestinas e na falta plena da nossa organização social (sic). A crise política que se iniciou no 1.º Império abriu o caminho onde ensaiava os seus passos o Império de Pedro II, trazendo à administração a desordem financeira, corolário lógico de um partidismo exagerado, de tal modo A MÁ POLITICA e AS FINANÇAS DESORGANIZADAS, se entrolaçam na invariável relação de CAUSA e EFEITO". (Este último trecho, citando a Antônio Carlos — Os grifos são nossos!). Prosseguindo, diz na nota 3, da pág. 68: "No 1.º Império, o câmbio caiu em média de 50 e 3/4 d. a 22 13/61 e acentuando-se a baixa a partir de 1828, e, na Regência, após a lei de 1933 que deu ao ouro o valor oficial de 43 e 1/5 d. por 15000, esta baixa prosseguiu atingindo a taxa média de 31 em 1840".

Comentando esta quebra do padrão de 67 e 1/2 d., para 43 e 1/5 levada a efeito pela Regência republicana, não se esqueçam... em 1833, diz Carlos Inglês de Sousa a pag. 13 de seu livro *A Solução da Crise Económica Brasileira — 1925*: "A quebra de 1833, traduz simplesmente um ato de desvario da mentalidade financeira dessa época. A oitava de ouro em pó, em barras ou amoldado, valia no mercado de 35600 a 35800. Não obstante, a lei lhe decreta a importância de 25500!!".

Era o mau regimen a produzir a má finança!

### HEREDITARIEDADE E ELEIÇÃO

O governo supremo temporário é como um casamento provisório, dissolúvel, sujeito irremediável ou provavelmente ao divórcio: NÃO FUNDA NADA DE SÓLIDO, nada de definitivo. Sempre precário na sua estabilidade, tudo lhe sai à imagem e semelhança.

Casamento dissolúvel, sujeito a divórcio, tem medo aos filhos, especialmente à prole numerosa. Governo "dissolúvel", temporário, republicano, teme-se da realização de obras profundas, altas, longas, de grande responsabilidade.

Regime electivo — regime do medo, da irresponsabilidade.

REGIME HEREDITÁRIO — governo construtor, realizador em profundidade, altura e extensão, como a família estável, indissolúvel, honra do passado, glória do presente, garantia do futuro.

As surpresas do tempo, não as teme o governo hereditário; porque, ao contrário do regime eleitoral, o tempo é verdadeiramente seu aliado e não o seu inimigo.

A. VEIGA DOS SANTOS

A REPÚBLICA É O MAIOR INIMIGO DO POVO

Compare-se este episódio, com o que acontece agora. Não se verá os "políticos" atuais agindo em 1833, ou vice e versa? Não se prova aqui que os homens são sempre os mesmos, mudando apenas os nomes que os deixam ou não praticar más ações?

De 1832 a 1841, dizíamos, o câmbio variou a uma taxa média de 37/64, sendo a de 1832 — 35 e 1/8 e a de 1841 — 26 13/16.

De 1842 a 1851, já agora em pleno **regimen monárquico**, com D. Pedro II à testa do governo **(um menino de 14 anos)** inaugura-se o regime de austeridade na administração da coisa pública. A prova disto nós a vamos encontrar na oscilação do câmbio que inicia o período à taxa de 26 13/16, em 1842 e termina, em 1851, com a de 29 1/8, dando a média, para o decênio, de 26 11/16.

Houve, é verdade, neste período, nova quebra do padrão da moeda, quebra esta forçada pelos erros financeiros da Regência, que deu ao ouro um valor fictício, bem abaixo do seu valor no mercado. Carlos Inglês de Sousa, ainda à página 13 do livro citado, nos esclarece: "Reconhecido de novo, emendou-se a moeda, estabelecendo em 1846 o valor de 45000 por um onça, emendou-se a moeda, estabelecendo em 1846 o valor de 45000 por um onça". E, prosseguindo: "Custando o ouro na praça e por meio de cambiais de 35600 a 35800 a oitava, e, sendo recebido na cunhagem a 5000, ele invadiu o país. A isto se seguiu venturosa época de prosperidade até 1852. . . ."

Era a boa política IMPERIAL (regimen imperial, não se esqueçam!) a produzir a boa finança. Embora houvesse quebrado o padrão, de 43 1/5, para 27 — padrão este que o IMPÉRIO conservou durante 43 anos —, nos anos de 1850 e 51 esteve acima do par, eis que, nestes anos, as taxas médias foram de 28 e 3/4 e 29 e 1/8, respectivamente.

De 1852 a 1861, o ainda menino D. Pedro II, imprime, por força do regimen — e não, exclusivamente d'ele próprio, eis que não era ele nem melhor do que um Duque de Caxias, ou um Feijó, ou qualquer um dos regentes que DESGOVERNARAM republicanamente o Brasil, de 1831 a 40 — uma administração vigorosa às finanças da nação. Apesar de voltar . . . o Tesouro a derramar papel moeda na circulação,

entendendo à procura de numerário que o desenvolvimento econômico anterior tinha provocado" (refere-se ao período 1840/51 — início do regimen monárquico de Pedro II — Carlos Inglês de Sousa — obra citada, pag. 14 — grifos nossos), o câmbio se mantém acima do par, nos anos de 52, 53, 54, 55 e 56. O mesmo autor, no livro *Restauração da Moeda no Brasil*, à pag. 83, afirma enfaticamente: "A partir de 1846, que foi quando se procedeu à última quebra do padrão monetário do Império, a taxa se vê, com excepção dos exercícios de 1860, 1861 e 1862, o câmbio galgar o par e foi acima d'este TODOS OS ANOS". (Grifos nossos).

Tivemos, assim, a seguinte oscilação cambial, neste período: 1852, taxa média 27 7/16. 1861, 25 9/16. Média do período, 26 26/32.

Cumpre notar, ainda, que neste dois períodos do segundo reinado, e atuaram como forças poderosas no sentido da queda do câmbio — e isto ocorreria em qualquer nação organizada do mundo, em idênticas circunstâncias —, os seguintes acontecimentos da maior gravidade: A partir de 1842, as revoltas liberal maçônicas de S. Paulo e Minas. A guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, que se arrastou de 1835 a 1845. A revolução Praieira, de Pernambuco, também de fundo liberal-maçônico. A Guerra contra Oribe e Rosas e, por último, a Campanha contra Aguirre.

De 1862 a 1871 tivemos, para completar aquelas desgraças, mais a Guerra com o Paraguai. Até ao seu começo (novembro de 1864) o câmbio se mantém absolutamente firme, pois . . . a taxa cambial sobe além de 27 d. . . em 1862-1863 . . . o que significa que era o papel moeda que gozava de agio ou prêmio e que para ter-se 1005000 d'esse papel era preciso pagar mais de 1005000 em ouro" (vide Dr. Vieira Souto — *A Situação Económica* — 1901 — pag. 23). (Grifos nossos).

E', ainda, o Dr. Vieira Souto quem nos diz, à pag. 26, da obra citada: " . . . de Janeiro a Agosto de 1864, o câmbio conserva-se superior ao par; a crise de Setembro d'esse ano e a guerra do Paraguai, que também no fim d'esse ano começa, deram extraordinário aumento à circulação de ouro forçado, de 1864 a 1870. Realmente, sendo de . . . 11 721.000 o meio circulante em 1863, em 1870 estava a quantidade de papel moeda elevada a 192.526.000 e a taxa de câmbio desceia ao mínimo de 14 dinheiros (notem bem este MÍNIMO). Foi a menor taxa de câmbio atingida durante o IMPÉRIO. Isto, em virtude da Guerra! em Janeiro de 1868. Pois bem, terminado a guerra, o câmbio ELEVOU-SE à média de 23 15/16 d. em 1871 (logo no ano seguinte, notem bem!) subindo até ultrapassar o par em Março de 1873; (Comparem a eficiência administrativa do regimen IMPERIAL, com a desordem do regimen republicano) e a quantidade de papel moeda que no citado período da guerra se reconhecera unanimemente ser excessiva, para logo tornou-se suficiente à vista do desenvolvimento adquirido pela lavoura e industria e do alargamento das transações, desde que findara a luta com o Paraguai". (Parêntesis e grifos nossos!).

Era a boa administração financeira propiciada pelo bom regimen Monárquico a enriquecer o país, apesar da guerra. Como foi conseguido a "milagre" financeiro? Carlos Inglês de Sousa no-lo relata à pag. 44 do seu livro *A Solução da Crise Económica Brasileira*, já citado: "Vimos em 1846 quebrar o Brasil o seu padrão monetário pela última vez. . . o Império, fazem o favor de notar . . . estabelecendo a lei que o altera, o valor de 45000 a oitava de ouro. Desde logo, este metal não affluía ao país em razão de faltar, como complemento àquela lei, o regulamento da cunhagem de moedas, de accordo com a nova quebra decretada no valor convencional do ouro. Vindo, porém, o complemento pela lei de 1849, o ambicionado metal, que valia no mercado em cambiais de exportação, de 35400 a 35600 a oitava, isto é, acima do par legal, passou a ser importado em larga escala. Só a Casa da Moeda cunhava mais de 15 000 contos de ouro e 5.000 de prata (façam o favor de comparar estas moedas com as que trazem no bolso, de multissimos bom alumiados). . . .), agora o que circulava em pó e em barras e que era recebido em certo numerário.

No exercício de 1862 a 1863, depois de ter caído outra vez, em virtude de emissões inconversíveis, aconteceu que, alterando-se novamente o câmbio acima de 27 pence, já agora por causa de um outro recolhimento do papel moeda, beneficiou-se o Brasil de nova affluência de ouro, movida por fenómeno idêntico ao de 1849". (Continuam os grifos e os parêntesis a ser nossos!).

Neste período, o câmbio que estava em 26 5/16, em 1862, baixa para 24 1/32, em 1871, dando a média, no período, de 23 25/64 (com guerra e tudo, caros leitores, com guerra e tudo!!!). Esteve acima do par em 1863 (27 1/4) atingindo a mínima em 1868 (14), aumentando daí, gradativamente: 18 13/16, em 1869; 22 1/16, em 1870 e 24 1/32, em 1871.

De 1872 a 1881, continuou o governo a sanear a moeda, recolhendo o excesso de papel moeda em circulação. Em consequência, o câmbio que em 1874 havia atingido a menor taxa d'este período (24 e 3/4), passa em 1875 a 28 e 3/8, muito acima do par. Esta política que fazia diminuir a caixa dos bancos, levou-os a lançar grandes protestos; porém, o esclarecido Ministro das Finanças, o Visconde do Rio Branco, a manteve por largos anos, até ao fim do seu mandato, embora tenha solicitado ao Parlamento, em 1875, providências legislativas, para a sua modificação. Com a sua saída do governo, entretanto, voltaram as emissões, com a consequente queda do câmbio a 19 e 1/8, em 1880. Justifica estas emissões, F. T. de Sousa Reis, no livro já citado, pag. 117, quando diz: "Há ainda a relembrar uma calamidade, que foi a séca de 1878, desolando vasta região do norte e consumindo para mais de sete dezenas de mil contos". (Sabem qual foi a emissão de papel moeda neste período? Pouco mais de 23.000 contos — Anuário Estatístico do Brasil — 1956 — pag. 515).

A variação do câmbio, neste período, foi a seguinte: 25, em 1872; 21 29/32, em 1881, dando a média anual de 24 7/32.

De 1882 a 1889, desenvolve-se o período áureo do Império. "O dinheiro foi abundante e fácil, sendo regulares as taxas do desconto; o câmbio melhorou quasi sem interrupção, subindo além do par; os fundos públicos mantiveram posição relativamente firme; títulos comerciais e industriais negociavam-se sem dificuldades, etc. (Retrospecto Commercial do "Jornal do Comércio" de 1888, citado por F. T. de Sousa Reis, obra citada, pag. 140).

Nem mesmo a queda do café de 1882, que desceu a 45 a arroba, depois de estar a 75 e a 85 nos anos anteriores, produziu crise financeira no país (compare-se com a situação actual . . .). Nem mesmo a libertação dos escravos em 1888, a produziu. E isto, . . . porque ao lado da instituição do trabalho livre os governos (criados pelo regimen Monárquico, não se esqueçam!) se mostraram na altura da situação criada . . . — que, não se esqueçam! se mostraram na altura da situação criada . . . — daí porque . . . a confiança nasceu e prosperou, o país se impôs no estrangeiro, nas praças financeiras seu crédito se firmou, sua riqueza se expandiu em marcha rápida e a TAXA CAMBIAL expozte máximo de tudo isto, expressão bem sincera e verdadeira das situações económicas, tendeu a cair para o par". (F. T. de Sousa Reis — idem, pag. 141 — grifos e parêntesis nossos!).

Aqui cabe uma digressão, a propósito da libertação dos escravos. O partido republicano, contrariamente ao que a propaganda republicana tem propagado, não foi inteiramente favorável a ela. Segundo o mesmo F. T. de Sousa Reis, citando o manifesto republicano de 1873, (livro citado, à pag. 134): "Uma medida de tão alto alcance — derogando instituição, nefasta embora, mas que se firmara em um inadmissível direito de escravizar e encontrava mesmo no seio do mais democrático (sic) partido político do país — O REPUBLICANO — a declaração de haver direitos adquiridos e a necessidade de CONCILIAR a propriedade de facto com o principio da liberdade". Era, já naquela época distante, o clássico e malandro malabarismo republicano. Eram e não eram favoráveis, pois queriam "ajeitar as cousas", conciliando a liberdade com a escravidão; queriam conciliar a liberdade com a propriedade dos escravos pelos seus senhores; conciliavam, como se isto fosse possível, a liberdade dos escravos com os direitos adquiridos pelos seus senhores através da sua propriedade. Acendiam uma vela a Deus e outra ao Diabo . . . Refinados malandras!

Voltando ao assunto principal, diremos que as notas de papel moeda valiam mais naquela altura do que as moedas de ouro, de valor facial correspondente.

"Na verdade, idiz F. T. de Sousa Reis, pag. 145) o Ministro da Fazenda no gabinete de 10 de Março (1888) quando a taxa cambial se alçou temporariamente acima de 27 d. viu-se na contingência de mandar que tivesse curso obrigatório nas repartições públicas, A LIBRA ESTERLINA, facto que demonstra o grau de valorização do papel moeda".

Chamo a atenção para este facto deveras importantíssimo: Em 1888, ninguém queria aceitar a libra esterlina em troca do nosso papel moeda! O papel moeda brasileiro valia mais do que a libra esterlina em ouro! Era preciso que o governo viesse e obrigasse, compulsoriamente, a sua aceitação pelas repartições públicas! Hoje estamos quasi que na mesma situação. . . . SO QUE AS AVESSAS!!! E' por isso que nós, os patrio-vistas, confiamos dizer com o Dr. VEIGA DOS SANTOS:

Viva a Ré Pública. . . . NOS OUTROS DOS INFERNOS!!!

Para finalizar este relato succinto, do curso do câmbio durante o IMPÉRIO (façam o favor de não se esquecerem: regimen imperial), darei a seguir o curso médio do câmbio, no período 1882/1889. Começou em 1882, com 21 5/32, terminando a 26 7/16, em 1889, dando a média anual de 21 7/8, devendo notar-se que, em 89, ao ser proclamada a "desgraça nacional" que se convencionou chamar de Ré Pública dos "Estados" Desunidos do Brasil, o câmbio havia atingido a taxa de 27 e 3/4, estando, portanto, ACIMA DO PAR.

## 2.º — Finanças Republicanas

(dizer da República (regimen republicano, não se esqueçam!) Veremos, agora, o que, com referência a este assunto, se poderá

Em	1890, DESCE	o câmbio a	22 9/16	(média)
-	1891	"	14 29/32	"
-	1892	"	12 1/32	"
-	1893	"	11 19/32	"
-	1894	"	10 3/32	"
-	1895	"	9 15/16	"
-	1896	"	9 1/16	"
-	1897	"	7 23/32	"
-	1898	"	7 3/16	"
-	1899	"	7 7/16	"

Média do período: 11 7/32. EM DEZ ANOS, CAIRA A UM QUARTO DO SEU VALOR, A PARTIR DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889. HAVIA COMEÇADO A BAGUNÇA REPUBLICANA!!!...

Querem ver o que aconteceu em matéria financeira, por exemplo, em 1898? Diz-nos o Dr. Vieira Souto, obra citada, pág. 15: "A situação financeira, porém, era péssima, principalmente em consequência dos sucessivos déficits orçamentários. Prevendo a impossibilidade de pagarmos durante algum tempo os juros da dívida externa (notem que, nesta altura, nem MESMO os juros da dívida externa já pagávamos...), o governo celebrou em 15 de Junho desse ano o acôrdo do *funding loan* pelo qual ficaria adiada por longo prazo a amortização dos títulos daquella dívida e, por três anos, o pagamento dos respectivos juros" (grifos e parênteses, nossos).

Por este acôrdo, o governo brasileiro se comprometera a recolher o papel moeda correspondente ao valor não pago da dívida, a depositá-lo em bancos estrangeiros, ou a remetê-lo em ouro para a Inglaterra, se o câmbio fosse favorável (Prestígio do Brasil? Andava de rastos. Começavam as humilhações...). Porém, como o governo achasse que esta medida empobreceria a caixa dos bancos, preferiu ceder ao Banco do Brasil ouro, ou melhor, libras esterlinas. Aconteceu, porém, que o Banco não podendo pagar nesta espécie, procurou vender o ouro e os institutos de crédito estrangeiros, percebendo a situação, elevaram logo a taxa cambial e compraram por menos o que o Banco da República adquirira por mais. Idem!

Faremos aqui uma perguntazinha, que a inteligência esclarecida dos leitores nos ajudará a responder: Estes bancos estrangeiros não eram os mesmos que existiam no tempo do Império? Eram, sem dúvida. Como se explica que durante o Império (REGIMEN Imperial) eles não nos ROUBAVAM e passaram a fazê-lo, na República (REGIMEN republicano)? A resposta só pode ser uma: o REGIMEN Imperial não permitia roubos; o REGIMEN republicano, sim!

Isto se repetiu em Julho, com novo assalto dos bancos estrangeiros ao ouro entregue pelo governo ao Banco do Brasil.

"Pela terceira vez (diz o mesmo autor, à pág. 17) voltou a administração ao governo, mas, então, pedindo o auxílio em papel, para evitar a repetição dos prejuízos que sofrera com as anteriores transformações da moeda esterlina em dinheiro nacional. O governo insistiu em só emprestar ouro; o Banco, em só aceitar papel, e, não podendo este último vencer a resistência do primeiro, a administração resolveu retirar-se, nomeando-se um director da confiança do Tesouro. Divulgado o facto, o Banco sofreu uma corrida: em poucas horas os seus parcos recursos foram esgotados e o novo director ordenou que os cheques fossem visados a 60 dias. Ora, quando uma instituição de crédito inopinadamente começa a visar cheques, pagáveis ao portador e à vista, adiante o pagamento por dois meses, isto equivale a uma bancarrota".

Era a degredação económica-financeira da nação. "A alta de preços das mercadorias e serviços trouxe o encarecimento geral da existência; cada individuo passou a necessitar para as suas despesas pessoais e de sua família o dobro ou o triplo do valor, exigindo o acréscimo correspondente do capital de movimento; os governos da Nação, dos estados e dos municípios viram-se obrigados a elevar extraordinariamente os vencimentos dos funcionários públicos... em maior escala cresceram os impostos federais, estaduais e municipais" (idem, pág. 27/8). E, a emissão de papel moeda para atender a esta *bagunça tipicamente republicana*, foi "abolutamente lançada à circulação e loucamente aplicada a fins improdutivos e fantásticos" (idem), levando o câmbio ao devaloramento que expusemos linhas atrás.

Era o caos que se havia instalado, com a Ré Pública, no Brasil.

De 1900 a 1909, durante os governos Campos Sales e Afonso Pena, tenta-se a melhoria do câmbio, porém a poder de fatos empréstimos externos. A dívida em moeda estrangeira eleva-se de Libras 41.008.576 a Libras 86.847.000. As apólices da dívida interna são cotadas com descontos de 20 e 30%. Já longa já o tempo em que os títulos de conto de réis eram cotados a 1.0605 e 1.1005... Sacrificando as gerações futuras com empréstimos que, mais tarde, não poderiam ser pagos, conseguiram, aquêles governos, melhorar a taxa do câmbio que sobe, em 1900 a 9 e 1/2 e, em 1909, a 15 5/32, com a média no decênio de 13 15/32. Este aumento das taxas cambiais representava, ainda assim, em confronto com o Império de 89, uma devalorização equivalente a metade do seu valor, naquela época.

De 1910 a 1919, pioram as coisas. Com a morte de Afonso Pena, o novo governo (a eterna e arrasadora *descontinuidade republicana*...), imbuido da ideia fantástica de elevar o câmbio a 27, fôse a que preço fosse, força a alta extemporânea "à custa de onerosos sacrificios do Tesouro e do fundo de garantia criado em Londres pelo plano Martinho".

A intervenção oficial no mercado cambial chegou ao cúmulo de manter por ordem governamental, embora com restrições, a taxa de 18 e 1/4, por intermédio do Banco do Brasil, enquanto os demais bancos só sacavam a 16 e 3/4 pence.

O que aconteceu foi que, pouco a pouco, se foram esaurindo os recursos do Banco do Brasil e do Erário, *traçados suave e mansamente pelos institutos estrangeiros* (continuava a pilhagem iniciada em 15 de

novembro de 89) até que, com a vinda do Ministro Francisco Sales, repete a situação no seu verdadeiro expoente, mandando afixar a taxa de câmbio a 16 e 1/4 pence (A Solução... idem, pág. 51).

As altas taxas do câmbio, entretanto, continuavam a ser o produtor da estabilidade cambial imposta pela Caixa de Amortização que chegou, para isso, a ter, em depósito, 27.000.000 de libras.

A partir de 1913, com o estouro da guerra balcânica e com a proximidade da europa de 14, os *bancos estrangeiros* receberam ordem de remeter ouro às suas matrizes. Para isso, começaram "caçando as notas representativas de ouro, trocando-as pelo papel moeda e, senhores deus, iam retirando, licitamente (melhor seria dizer *judicialmente*), da Caixa com o câmbio em declínio, quantias do vulto de Libras 500.000 e mais para, em curto lapso de tempo, reduzirem os estoques da mesma a pouco mais de Libras 9.000.000. E estes continuariam a ser drenados para o Exterior se a isto se não opusesse o obstáculo do fechamento da referida Caixa, decretada pelo governo, em Agosto de 1914" (idem, pág. 53).

Como se vê, verdadeira política de porta arrombada. Depois do roubo, "francas nas portas"... Assim se foram para o Estrangeiro, ..... 18.000.000 de libras, que haviam sido destinadas a manter o preço da nossa moeda.

Com essa política suicida, mantém-se o câmbio na média anual de 15 7/16, principiando em 1910 com 16 15/64 e terminando, em 1919, com 14 17/32.

De 1920 a 1929, novo desabamento. Novas emissões a jacto, levam o câmbio à "rua da amargura". Em 1920 o papel moeda em circulação era da ordem de 1.828.9685; o câmbio se encontrava a 14 15/32. Em 1921 passa a circulação para 2.049.4545 e o câmbio a acompanha, em sentido contrário: desce a 8 9/32.

Subindo a circulação em 22, a 2.233.1045 e, em 23, a 2.572.7425, cai o câmbio a 7 5/32 e 5 3/8, respectivamente. Como consequência inevitável (isto já em 1923), a vida encarecia em média 21%.

Coisa, porém, verdadeiramente sensacional revelou-se no poder aquisitivo do papel moeda, se este for comparado, quanto ao câmbio médio de 16 5/64 em 1912 e o de 5 pence, em 1923.

Feito o necessário cálculo, no primeiro ano, cada habitante do Brasil tinha 1475814, e no segundo apenas 775961, uma vez que a libra esterlina custava 145950 em 1912 e passava a custar 485000 em 1923" (idem, pág. 33).

**SEMELHANÇA TOTAL COM A ATUALIDADE. E' A HISTÓRIA REPUBLICANA SEMPRE A REPETIR-SE!**

Para encurtar a história, principia o período com a taxa de 14 37/64 e termina com a de 5 117/128, em 1929, dando a média, para o período, de 7 35/128.

Estávamos às vésperas da revolução de 30, que nos presentearia com a 2ª Ré pública. De nada adiantaria, porém, a mudança já que "continuará tudo como antes, no quartel de Abrantes", o que, trocado em miúdos, quer dizer: CADA VEZ PIOR (até que a nova MONARQUIA seja instaurada, para pôr a casa em ordem...).

De 1930 a 1939, continua o câmbio rolando montanha abaixo: 1930, 5 59/128; 1939, 2 25/32. Média do período: 4 23/32.

De 1940 a 1949, média 3 15/128, começando com 3 13/64, em 40 e terminando em 3 14/32, em 49.

De 1950 a 1956, temos o período começando com 4 37/64 e terminando com 3 35/128, dando a média de 4 27/256.

Hoje, temos a libra esterlina custando Cr\$ 346,50, o que nos dá a taxa fantásticamente baixa de 0, 22/32. E' DE ESTARRECER! Em menos de 70 anos o regime da "ordem e progresso" reduziu o dinheiro brasileiro a 0, 22/32! Lembem bem: a ZERO! E' o fim...

## II — Concluindo

Muito mais teríamos que dizer, a respeito do câmbio, nesta malfadada Ré Pública. As duas quebras do padrão: em 1926 (decreto 5.105 de 18 de dezembro) para 6 pence, embora não tenha vigorado; e de 1938, que criou o cruzado igual ao mil réis, para 1,5 pence. O monopólio do câmbio, ou câmbio dirigido, que nos levou diretamente ao câmbio negro dos dólares e outras moedas fortes, etc., etc., etc. Seria um "nunca acabar" de horrores a serem relatados, mas que, infelizmente, o pequeno espaço de que dispomos no nosso jornal, não comportaria. De qualquer forma, porém, o que aqui relatamos, mostra, como se fôra uma radiografia, o funcionamento da administração económico-financeira dos dois regimes: MONARQUIA e Ré Pública. Vê-se que a MONARQUIA administrava pensando no bem público; e que a Ré Pública só pensou no politichalho, ou *politicanalha* como queiram, *inspirada* pelos interesses escusos dos partidos políticos, *determinada* pelos conlujos eleiçoeiros partidocráticos e *resolvida* nas escuras catacumbas das lojas maçônicas, rasteiramente obedientes aos grandes orientes estrangeiros, interessados na desgraça e destruição do Brasil.

Deus, porém, nos deu um país maravilhoso. Apesar da destruição que vem sofrendo desde 15 de novembro de 89, ainda se conserva de pé. Não há necessidade dos remédios que os tolos e os safados lhe recomendam. Apenas a *mudança* do seu REGIMEN de vida. Nada de nanicatas. Mudemos o Brasil do porão fétido, escuro e imundo da Ré Pública e INSTAUREMO-LO na casa nova, bela, e ensolarada da MONARQUIA ORGÂNICA, superior à dos Pedros I e II, para vermos o doente Brasil, novamente lépido e saudável, dirigido aos seus *grandes destinos* por uma administração IMPERIAL, fecunda, honesta e patriótica.

O sofrimento desta grande Nação já se torna insustentável. Deus, em sua infinita misericórdia, brevemente lhe dará paradeiro. REZEMOS.

José de OLIVEIRA PINHO

M

ANO IV

Director — A

1. Das  
electivas das  
civis  
de mais exar  
responsáveis  
da situação e  
perseguições  
civis sofridas  
e potências  
oportunistas  
espírito de ano  
nivel, de ano  
2. Eis,  
urbanos, prop  
ma da Raça  
e palpante  
mitiga ao se  
de beira.

3. O  
valdo patrio  
vamos.

4. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
5. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
6. D  
ticiasta, fe

7. B  
tentes e de

8. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
9. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
10. D  
ticiasta, fe

11. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
12. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
13. D  
ticiasta, fe

14. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
15. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
16. D  
ticiasta, fe

17. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
18. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
19. D  
ticiasta, fe

20. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
21. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
22. D  
ticiasta, fe

23. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
24. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
25. D  
ticiasta, fe

26. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
27. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
28. D  
ticiasta, fe

29. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
30. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
31. D  
ticiasta, fe

32. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
33. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
34. D  
ticiasta, fe

35. D  
mondo. E  
franco-maç  
unacionismo,  
saldica, no  
das metecas  
36. N  
longa foi o  
na pluxa p  
singnitas  
tendencia ap  
37. D  
ticiasta, fe